

ECOS DA LIBERDADE: UMA CARTOGRAFIA SOCIAL DAS MEMÓRIAS AFLITAS

Wesley VIEIRA

Mestre em Ciências Sociais pela FFLCH-USP

Graduado em Letras e Pedagogia

Professor na rede municipal de São Paulo

w.vieira@usp.br

Resumo: Uma cartografia social está em curso no bairro da Liberdade em São Paulo. Desde a descoberta, em 2018, de nove ossadas pertencentes ao antigo Cemitério dos Aflitos, a memória, herança do período escravocrata da cidade, vem sendo ecoada e difundida. Desde então, um cortejo enaltece a memória de Chaguinhas que completa 200 anos de morte em 2021. Já em sua terceira edição, o cortejo de Chaguinhas traça, no antigo coração da cidade, uma cartografia social dos lugares de sentença, castigo, morte e enterro da São Paulo do século XIX. Assim, coletivos e ativistas vêm num crescente trabalho de agenciamento das memórias negras no centro de São Paulo ressignificando lugares e tencionando discursos hegemônicos ao retirar destes o monopólio narrativo acerca da participação dessas populações na formação do tecido social paulistano e, com isso, realimentam lutas por justiça, reconhecimento e participação das populações negras nas dinâmicas da cidade.

Palavras-chave: Cartografia Social; Memória; Liberdade.

Abstract: A social cartography is underway in the Liberdade neighborhood in São Paulo. Since the discovery, in 2018, of nine bones belonging to the old Cemetery of the Afflicted, the memory, proslaver period inheritance of the city, has been echoed and disseminated. Since then, a procession has praised the memory of Chaguinhas who completes 200 years of death in 2021. Already in its third edition, Chaguinhas' procession traces, in the old heart of the city, a social cartography of the places of sentence, punishment, death and burial of nineteenth-century São Paulo. Thus, collectives and activists have been in a growing work of agency of black memories in the center of São Paulo, resignifying places and intending hegemonic discourses by removing from them the narrative monopoly about the participation of these populations in the formation of the social fabric of São Paulo and, this way, they feed back struggles for justice, recognition and participation of black populations in the dynamics of the city.

Keywords: Social-mapping; Memory; Freedom.

Introdução

*Estou enterrado na rua da Glória
Lembre de mim se passar por aqui
Sou fato oculto da tua história
Mas veja ainda estou aqui
Aloysio Letra (2019).*

A disputa de narrativas pela identidade do bairro da Liberdade na cidade de São Paulo recebe novos aportes ideológicos constantemente. Em um de seus capítulos mais recentes, foi concedida, por meio do DECRETO Nº 63.604, DE 24 DE JULHO DE 2018, a mudança de denominação da estação Liberdade da Linha 1 Azul do metrô para Japão-Liberdade, bem como da praça em que se encontra, renomeada para Liberdade-Japão. Por ocasião do fato, houve por parte da comunidade negra organizada, coletivos, militância e influenciadores digitais, forte denúncia ao processo de apagamento ou relativização sobre a origem do nome do bairro, imposto, mais uma vez, pelas mãos do poder público. Ao final de 2018, por ocasião da demolição de um prédio particular junto à Capela Nossa Senhora dos Aflitos construída em 1775, foram acionados o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo e o Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico, pois a área estava dentro do envoltório de tombamento da Capela dos Aflitos. Tratava-se de parte do Cemitério dos Aflitos, primeira necrópole pública da cidade, inaugurada em 27 de junho de 1775, destinada aos escravizados, indígenas, não batizados e condenados à morte pela força. Em mais um movimento de tensão de narrativas, as próprias tumbas recém-descobertas provocam o debate tendo em vista que a “paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos” (Santos, 2004, p. 54), isto é, a paisagem apresenta resquícios de tempos históricos e sociais pretéritos, que circunscrevem suas formas no espaço geográfico, são as rugosidades do espaço.

Foram encontradas nove ossadas enterradas com os pés voltados para a Capela - tradição cristã à época – e, em um dos sepultamentos, duas contas de vidro azul-marinho próximas ao pescoço do esqueleto. De acordo com a arqueóloga Leila Maria França, tais artefatos indicam vínculo às religiões de matriz africana especialmente ao culto de Ogum - conclusão tecida a partir de outros contextos afro-brasileiros, e respectivos estudos que ligam a rituais fúnebres aos costumes das populações de Guiné, Nação Cabinda ou Benguela.

Mais uma vez o ativismo do povo negro foi impelido a evidenciar as memórias subterrâneas afloradas deste sítio arqueológico. Primeiramente, certificando a suspeita de que, quando desativado o Cemitério dos Aflitos, nem todos os ossos foram removidos e encaminhados ao Cemitério Municipal da Consolação inaugurado em 1858 - à época situado às bordas da cidade. A comunidade negra, envolvida na preservação e evidenciação de suas memórias, tem na Capela dos Aflitos e no Cemitério homônimo uma relação de território na perspectiva dada por Milton Santos:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (Santos, 2001, p. 96).

Assim, com a Abertura de Tombamento do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Liberdade (IGEPAC-Liberdade), através da Resolução 20/CONPRESP/2016, esse espaço passa a caracterizar-se enquanto “paisagem cultural contínua” (Ribeiro, 2007, p. 44) e as cartografias sociais, de memória e afetivas que ali se estabeleceram entre 2018 e 2023 podem ser entendidas como metáfora das vozes negras que não aceitam calar-se e configuram (ou deveriam por direito) o imaginário coletivo da formação social paulistana. Além disso, Movimentos engajados como esses são fundamentais para as memórias urbanas, pois, como entende Maurício de Almeida Abreu:

É através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade (muitas das quais certamente fadadas ao desaparecimento) que podemos resgatar muito do passado, eternizar o presente, e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para a sua identidade. (Abreu, 1998, p. 87).

Liberdade, liberdade

A região da área central de São Paulo, hoje conhecida como o bairro da Liberdade, tem origem em loteamento de diversas terras, sobretudo chácaras que abasteciam a pequena cidade de São Paulo de Piratininga. Ainda no período oitocentista, partia dali o início da estrada conhecida por “Caminho do Carro para Santo Amaro”. Seu traçado, de acordo com Guimarães (1979, p. 18), “obedecia às atuais avenidas Liberdade e Vergueiro e fora de grande importância para o desenvolvimento da região sul”. A Capela dos Aflitos, localizada em uma travessa da atual Rua dos Estudantes, fora erguida em 1779 e ocupava o mesmo terreno do então Cemitério dos Aflitos inaugurado quatro anos antes, lugar de destino destas populações desafortunadas e/ou condenadas à morte para última oração e sentença. A população abastada da cidade de São Paulo oitocentista, restrita ao triângulo histórico e suas bordas, tinha como sepultura os entornos das igrejas com maior ou menor proximidade a depender de suas posses. Ao resto da população cabia fazer parte de uma comunidade religiosa, como a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Àqueles e àquelas que não tinham condições suficientes para fazer parte de um grupo religioso ou eram mortos na força, só restava o Cemitério dos Aflitos (daí o nome). A ocultação das memórias - assim como dos corpos - impetrada pelo poder público vem na esteira da busca pelo branqueamento da história da formação da massa social paulistana, nas palavras de Carlos José Ferreira dos Santos (2017, p. 43):

Aparentemente, caboclos, caipiras, negros, índios e mestiços, na virada do século, além de serem frequentemente ignorados ou inferiorizados em relação à sua participação na composição social da população paulistana, eram ainda desconsiderados e, em muitos casos, excluídos por um discurso representativo de uma visão que, ao mesmo tempo, apontava quais deveriam ser os trabalhadores idealizados como necessários aos interesses produtivos e às expectativas sociais e culturais dominantes.

Desativado o cemitério em 1858, a capela foi sufocada pela modernização da cidade até ser tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) em 1976. Foi emoldurada ainda pelas edificações no entorno, passou por um incêndio na década de 1990 e atualmente apresenta sua estrutura abalada pela falta de manutenção e por consequência de demolições e obras em prédios vizinhos. Sendo propriedade da Cúria Metropolitana e zelada pela União da Capela dos Aflitos - UNAMCA.

Em 20 de setembro de 1821, segundo registros, fora condenado na Praça da Forca, os soldados Francisco José das Chagas (Chaguinhas) e Joaquim José Cotindiba, por liderar uma revolta em Santos contra o não recebimento dos soldos atrasados, Santos et al. (2024, p.176). Segundo a crença popular, durante o enforcamento de Chaguinhas, a corda da forca arreventou três vezes. A população que assistia implorava por clemência e gritou por liberdade. Entretanto, conta-se que a execução se deu por golpes de “paulada”. O recorrente rompimento das cordas deu à personagem ares de santidade e é até hoje cultuada na Capela dos Aflitos e na Capela dos Enforcados por meio de missas que, até 2023, ocorriam às segundas-feiras às 12h00 no interior da Capela dos Aflitos onde devotas e devotos recorriam à chamada Porta de Chaguinhas, interseção para seus pedidos escritos em pequeno pedaço de papel colocados nas frestas da porta seguidos de três batidas, como representação das vezes em que a corda arreventou. Esse é apenas um dos pontos históricos sobre os quais um crescente envolvimento da população com o turismo negro-indígena ou turismo étnico mobilizou um dos mais efervescentes movimentos de evidenciação de memórias: o Movimento dos Aflitos (Vieira, 2024).

Figura 1 - Capela de Nossa das Almas dos Aflitos – 1978



Fonte: Condephaat – Processo 20125/76¹

¹ Ver Processo de Tombo In: Portal IPatrimônio: <https://www.ipatrimonio.org/sao-paulo-capela-dos-aflitos/#!/map=38329&loc=-23.556212999999996,-46.63463999999999,17>. Acesso em 10/12/2023. Em 1991 a Capela foi tombada também na esfera municipal pelo CONPRES – sob a Resolução 05, de 05/04/91.

A evidenciação da história e memória das populações negra e indígena no bairro da Liberdade tem sido agenciada por coletivos e instituições engajadas na causa e se dá no reforço e demarcação de símbolos importantes, enquanto patrimônio, para a evidenciação das ancestralidades desses povos. Esses símbolos podem ser tanto materiais, tombados ou não, quanto imateriais, presentes nas subjetividades da fala dos sujeitos ou intervenções que pretendemos aqui apresentar como cartografia social, realizada por atores dos movimentos e militância com vistas à evidenciação das memórias subterrâneas (Pollak, 1989) para reconstituir as territorialidades indígenas e negras a partir da presença e atuação destas populações no cotidiano paulistano. O trabalho com caminhadas, roteiros ou cortejos por lugares de memória vai ao encontro de pesquisas na área, como aponta Perkins (2004, p. 387).

Uma tendência “crítica” corre paralelamente à crescente ênfase dada às etnografias das práticas de mapeamento: os teóricos estão cada vez mais preocupados com a forma como as práticas culturais da cartografia podem ser descompactadas e com a avaliação do significado social destas ações e representações. (tradução nossa).

Considerando que não há memória espontânea, movimentos de evidenciação de lugares, fatos e personalidades vêm em crescente, sobretudo aqueles norteados pela racialização e valoração da afrodescendência, por força mesmo das tensões que a militância tem provocado nas duas primeiras décadas deste século e em especial, no território abordado, teve intensificada a agenda de mobilização desde os achados arqueológicos do Cemitério dos Aflitos em junho de 2018. Dezenas de matérias e reportagens foram destaque em veículos tradicionais, digitais e independentes sobre o tema. Uma importante iniciativa de demarcação memorialística da cidade foi desenvolvida por meio da Resolução nº 13 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) a partir do ano de 2019 com o objetivo de criar e regulamentar o Inventário de Memória Paulistana. Tal resolução define bem a importância da demarcação das referências culturais da cidade com vistas à salvaguarda da diversidade identitária paulistana por meio das manifestações como festas, rituais, ofícios, linguagens artísticas, paisagens entre outros, que vêm sendo demarcados por meio de placas em seus locais de ocorrência. No território temos as seguintes placas já instaladas: Capela dos Aflitos, Forca, Pelourinho, Igreja dos Remédios, Estrada de Santos (Rua da Glória), Paulistano da Glória, Frente Negra Brasileira e Casa de Antonio Bento, descendo um pouco sentido Glicério temos a demarcação das Cinco Esquinas e Escola de Samba Lavapés.

Entre as centenas de placas aqui destacamos três (Figura 2): Pelourinho, Praça da Forca e Capela dos Aflitos ou, respectivamente, punição, morte e sepultamento. Coletivos como Guia Negro, Cartografias Negras, Sampa Negra, São Paulo da Garoa, instituições como o Instituto Tebas de Educação e Cultura e Museu de Território dos Aflitos (MTA), promovem o que enquadramos como cartografia social. Em específico, o Cortejo de Chaguinhas, organizado pelo jornalista e escritor Abílio Ferreira, coordenador do Instituto

O local da força da cidade ficava numa pequena elevação, à vista de todos, era um espetáculo que enaltecia a violência como tecnologia de controle da dinâmica social. Tais informações históricas reforçam o passado escravocrata que o vertiginoso processo de transformação “modernizante” buscou apagar no território. Assim, a construção do metrô Liberdade nos anos 1970 e sua transformação em bairro nipônico colocou mais camadas de ocultação que, em 2018 com a mudança de nome da estação para Liberdade-Japão completava-se enquanto estratégia de redefinição identitária. A ação militante de reflexão sobre a questão e a atualização dessa dinâmica de formação do tecido social paulistano é objeto mesmo da cartografia social como apontam Sabina Habegger, Iulia Mancila e Eduardo Serrano (2006, p. 3):

Na nossa proposta, através da cartografia do território mergulhamos na possibilidade de construir e representar criativamente, tanto com a linguagem da denúncia como com a linguagem da possibilidade, os vários contextos de opressão. Ao questionar, problematizar, analisar, refletir e interpretar o nosso tempo, entramos no caminho do conhecimento transformador. (tradução nossa).

Sobre os movimentos de evidenciação de memórias pretéritas, agenciadas pela militância, instituições e coletivos Rios (2012, p. 34) acrescenta:

Na luta política, o movimento negro tenta imprimir novo significado à ideia de Brasil e a história do país torna-se objeto de litígio. No tempo presente, luta-se pela narrativa do passado, recontada para legitimar as pautas de reivindicações sociais postas na cena pública. No protesto, busca-se, ainda, dar vivacidade à memória em retalhos, costurada pelos ativistas e carregada de emoções, sentimentos e significados para o coletivo político, em especial, para cada sujeito envolvido na mobilização social. Nas mãos, ergue-se a bandeira do igualitarismo, tema que ganhou centralidade no ideário do grupo mobilizado nas últimas décadas do século XX.

Estas primeiras décadas do século XXI, sobretudo após 2013, as ruas voltaram a ser o palco principal das manifestações sociais, tanto de direita quanto de esquerda. Contudo, a pandemia da Covid-19 colocou-se como obstáculo às diversas manifestações que aconteciam, mas a flexibilização dos protocolos a partir de 2021 recolocou as manifestações no palco das ruas com destaque para a queima da estátua do Borba Gato no Bairro de Santo Amaro em julho de 2021, realizada por um grupo de cerca de quinze manifestantes cujo objetivo era questionar a legitimidade de se homenagear um bandeirante, reconhecidamente responsável pelo genocídio de milhares de indígenas. No julgamento, o ativista e entregador Paulo Roberto da Silva Lima, conhecido nas redes sociais como Galo, chegou a ser preso, mas responde ao processo em liberdade. O fato reacendeu a questão sobre símbolos como as estátuas e monumentos da cidade que estruturam a narrativa dos “vencedores” a partir da representatividade hegemonicamente branca e momentos históricos de genocídio e opressão sobre povos subalternizados como negros

e indígenas. A questão foi ilustrada na animação *Uma História de Amor e Fúria*³ (2013) do diretor Luiz Bolognesi. Uma frase da obra pode ser tida como eixo estruturante da narrativa: “Meus heróis não viraram estátua, morreram lutando contra quem virou.” O território da Liberdade passou a ser visto também sob essa perspectiva e o questionamento sobre a representatividade veio à tona juntamente com a exigência de demarcação dos lugares de memória. O objetivo foi não somente a memorialização dos espaços de violência, mas também a evidência das personalidades ancestrais que forjaram a cultura deste lugar, queríamos ver a nossa gente adornando a cidade.

O trabalho realizado pelo O Instituto Pólis⁴, em novembro de 2020, publicando importante pesquisa sobre a ornamentação da cidade que apresentou análise feita a partir da catalogação dos 367 monumentos presentes em diferentes pontos da capital paulista. A metodologia do estudo partiu da base de dados do DPH, considerando o nome da obra, tipologia, material, data, local e tombamento e acrescentou variáveis, entre elas raça e etnia identificada na representação artística e no autor(a) da obra. Dessa forma, de acordo com o Instituto Polis (2020, p. 31) o levantamento preliminar do estudo apontou que “das 210 obras, 155 representam pessoas brancas (74%), 12 são negras (5,5%), 12 são asiáticas (5,5%), 4 são indígenas (2%), 9 retratam várias raças (4%) e 18 não tiveram a raça/cor identificada (9%)”. A partir de tais dados concluímos a subjetividade do racismo mascarado (Nascimento, 2016) a que a narrativa hegemônica estabelecida para a cidade de São Paulo foi paulatinamente orquestrada por meio da ocultação de referências negras e indígenas.

O documento enfatizou ainda a sub-representação das mulheres, sobretudo mulheres negras e recorrência estereotipada do racismo nas pouquíssimas estátuas indígenas que não representam pessoas históricas, mas personagens fictícios. Acrescentou referenciais sobre o contexto político-ideológico paulista no início do período republicano, com a construção da narrativa heroica de origem do estado de São Paulo a partir dos aldeamentos jesuítas e expedições bandeirantes, forjando esses referenciais como modelos para ereção de monumentos e estátuas encomendadas pelo poder público, o que se efetivou em seu auge na celebração do 4º centenário da cidade na década de 1950 de modo a efetivar a narrativa hegemônica.

A pesquisa do Instituto Pólis acompanhou um momento fulcral da agenda mundial em relação às questões antirracistas, tendo em vista que em maio de 2020, após a brutal morte de George Floyd⁵, houve uma grande agitação ativista fomentando movimentos negros num levante global pressionando por justiça e contra signos escravocratas. Colocou

³ BOLOGNESI, Luiz. *Uma História de Amor e Fúria*. Direção: Luiz Bolognesi. Gullane e Burity Filmes, com a coprodução da LightstarStudios, 2013. 98 min. Col. son. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y_DYNv8RZ7A. Acesso em 10/12/2023.

⁴ Ver: Instituto Pólis, <https://polis.org.br/publicacoes/patrimonio-memoria-diversidade/>. Acesso em 10/12/2023.

⁵ Homem negro de 40 anos, estadunidense, brutalmente assassinado após desentendimento com a polícia. O policial Derek Chauvin ajoelhou sobre o pescoço da vítima e manteve a posição por mais de nove minutos, mesmo ouvindo Floyd dizer: “não consigo respirar”, foi condenado pelo uso excessivo da força, após milhares de pessoas se manifestarem pelo mundo. O caso teve repercussão internacional e deflagrou levantes negros contra racismo, impunidade e violência policial.

em xeque o sistema criminal estadunidense, e, por consequência, refletiu na questão racial sobre abordagem policial também no Brasil. Dessa forma, a desproporcionalidade entre monumentos que remetiam a pessoas brancas em relação a personalidades negras e indígenas veio na esteira desse debate e reforçou o argumento da falta de representatividade nas obras espalhadas pela cidade como projeto sistemático de apagamento sócio identitário.

A gestão municipal de São Paulo, convenientemente atenta a esta agenda mundial, não hesitou em lançar proposta de cunho reparatório. Em agosto de 2021 a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), anunciou projeto de instalação de cinco novas esculturas homenageando personalidades negras. As personalidades escolhidas foram Carolina Maria de Jesus - escritora e compositora, Geraldo Filme - sambista, Adhemar Ferreira da Silva - atleta, Itamar Assumpção- cantor e compositor e Deolinda Madre (madrinha Eunice) - sambista, ativista e presidente fundadora da Sociedade Recreativa Beneficente Esportiva Escola de Samba Lavapés Pirata Negro, fundada em 1937, sendo, ainda em atividade, a mais antiga de São Paulo e um baluarte carnavalesco.

De acordo com Petrônio Domingues (2019, p. 77), Deolinda Madre, nascida em 1909, natural de Piracicaba, chegou a São Paulo aos 12 anos. Foi moradora do bairro da Liberdade na confluência com a Baixada do Glicério, onde fundou em 1937, junto com seu marido Chico Pinga, o Grêmio Recreativo Beneficente e Esportivo Lavapés, agremiação que atuava no samba carnavalesco e no futebol de várzea. Personagem importantíssima para o território, chamada de madrinha justamente por ter ajudado na criação de mais de quarenta crianças. Religiosa, era do Quimbanda e também católica. De seu Exú Veludo vieram as cores da agremiação. Eunice viveu até os 87 anos de idade, falecendo em 1995 em decorrência de diabetes.

Sua escultura, assentada na Praça da Liberdade, com os pés no chão, na altura das pessoas que por ali passam, está na posição de quem chama para dançar na roda (Figura, 3). A obra foi realizada por Lídia Lisboa em amplo diálogo com Rosemeire Marcondes, neta de Madrinha Eunice e integrantes do Movimento dos Aflitos, numa proposta dialógica de constituição da imagem que se queria conceber. Em entrevista⁶ concedida à Secretaria Municipal de Cultura (SMC), disponível no portal da prefeitura, Rose Marcondes, comenta: “ela lutou, sempre à frente de seu tempo, por um ideal como mulher negra, trabalhadora e guerreira. É um ícone do samba de São Paulo”.

Contudo, em 17 de setembro de 2023 ocorreu o Primeiro Festival de Cultura Geek e o local escolhido para a montagem do palco foi justamente a Praça da Liberdade-África-Japão. O evento realizado pela Associação Brasil Nipo, com apoio e logística da SMC, montou uma das colunas de sustentação do palco sobre a placa descritiva da estátua de Eunice e escondeu-a do público ao cobri-la com lona preta. Ao mesmo tempo ocorria na Capela dos Aflitos uma louvação de tambores que recebia escolas de samba lideradas pela Lavapés Pirata Negro, em cortejo desde as Cinco Esquinas, na baixada do Glicério,

⁶ Ver entrevista In: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=31054>. Acesso em 10/12/2023.

Figura 3 - Estátua de Madrinha Eunice – 2022



Fonte: Arquivo pessoal. Compilação do autor (2023).

até a Capela. O público que foi prestigiar o evento na Capela dos Aflitos percebeu o desrespeito ao monumento e prontamente se dirigiu à Praça da Liberdade, em protesto, com cartazes, convocou a imprensa e denunciou ao Ministério Público, que ordenou imediata desmontagem do palco e cancelamento do evento geek. A repercussão na mídia foi imediata⁷, promovendo intenso debate sobre a desvalorização da cultura negra no território.

O Movimento dos Aflitos, a partir da organização da 20ª Marcha da Consciência Negra, do Coletivo Amarelitude – Projeto Camélia, do Instituto Tebas e da UNAMCA, em resposta ao desagravo, promoveu uma aula⁸ pública no mesmo local, para fomentar a educação patrimonial e o reconhecimento daquele símbolo no território. Foram convidados diversos grupos, coletivos e parlamentares que fizeram uso da palavra em microfone aberto. Foi verdadeiramente uma (re)ocupação do espaço já consagrado pela identidade japonesa, porém, através da estátua de Madrinha Eunice, pudemos aportar um caráter pedagógico no cotidiano turístico (Vieira, 2024).

No final de 2023 foi reaberta nova consulta pública para a construção de mais cinco estátuas de personalidades negras na cidade. Entre personalidades escolhidas estão

⁷ Ver reportagem em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/17/palco-de-evento-da-prefeitura-e-montado-encostado-em-estatua-da-sambista-negra-madrinha-eunice-no-centro-de-sp-e-gera-protestos.ghtml>. Acesso em 10/12/2023.

⁸ Aula pública 2023. Documentário “A Liberdade não é só Japão”. Realização Instituto Tebas e Esquisito Filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h9r7zt42GJU&t=1342s>. Acesso em 10/12/2023.

Mãe Sylvia de Oxalá - líder do primeiro terreiro de Candomblé tombado como patrimônio histórico e cultural no estado de São Paulo, a cantora Elza Soares; a filósofa, intelectual e ativista Lélia Gonzalez por sua participação na fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) na década de 70 e luta contra a Discriminação Racial, o geógrafo Milton Santos e Chaguinhas.

O processo histórico de encobrimento, ou silenciamento, de memórias fundantes da ocupação negro-indígena na região central da cidade tem como praxe a exclusão de determinados grupos sociais no período de modernização da cidade de São Paulo que remonta à passagem do século XIX para o século XX. Dentro deste constructo ideológico de poder, os espaços para populações desprestigiadas foram manobrados, violentados, escamoteados ao sabor dos interesses mercadológicos, sobretudo de gentrificação e turismo que levou tais populações para as franjas da cidade ou à formação de bolsões da pobreza, como foi o caso da região do Glicério, distante apenas três quadras abaixo das vermelhas lanternas que emolduram as ruas da Liberdade "japonesa". Diversos grupos de professores, estudantes e turistas participaram cotidianamente de roteiros e caminhadas que perfizeram esses espaços e fomentaram uma contra narrativa com fins à evidenciação e reparação da identidade ancestral do território, nas palavras de Abreu (1998, p. 87):

É através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade (muitas das quais certamente fadadas ao desaparecimento) que podemos resgatar muito do passado, eternizar o presente, e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para a sua identidade.

Ecoar as narrativas de memórias ancestrais é fazer valer a chancela do IPHAN que em seu Art. 1º define Paisagem Cultural Brasileira como "uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores" (Iphan, 2009, p. 13).

Movimentos engajados como esses foram fundamentais para a memória coletiva urbana e o pertencimento ao território. Assim, destacamos alguns dos eventos de caminhadas pedagógicas, roteiros de memória e afro turismo dos quais participamos, bem como iniciativas do poder público e instituições da sociedade civil para a promoção de políticas antirracistas e igualdade social.

Caminhadas de Casé Angatu - Guatá Ybypytera Pyratynynga

Em suas tradicionais caminhadas, realizadas há mais de 30 anos apresentando o Centro de São Paulo na visão indígena e as identidades paulistanas, o Professor Dr. Casé Angatu promoveu em 2023, a mais recente edição, caminhada e formação (Îe'engara) "Olhar indígena contra colonial sobre a presença dos povos originários na formação sociocultural brasileira, paulistana e as origens das desigualdades sociais nacionais". Teve

por intuito ponderar criticamente acerca das imposições identitárias, memoriais e territoriais para o enfrentamento à histórica desigualdade social. Além disso, apontou possibilidades de tratamento das Leis 10.639/03 e 11.645/08 que se refere à obrigatoriedade do ensino de história e cultura de África, afro-brasileira e indígena e na educação.

Marcha Noturna Pela Democracia Racial

Inclusa no calendário oficial de eventos da cidade, a Lei 15.142/10, proposição do vereador Ítalo Cardoso (PT), demarcou um importante evento de reflexão sobre o período escravista e a abolição. Assim, todo dia 12 de maio acontece a Marcha Noturna pela Democracia Racial. A idealização da marcha partiu do entendimento de que a abolição foi falha, não se concluiu, dada por inacabada pelo movimento negro consoante às palavras de Fernandes (2008, p. 29): foi uma “espoliação extrema e cruel”, uma vez que não foram desenvolvidos mecanismos políticos para a inserção social de negras e negros nas dinâmicas do trabalho assalariado, muito pelo contrário, como vimos, foram criadas barreiras para garantia de privilégios aos dominantes. Os desdobramentos da negligência do recém-nascido Estados Unidos do Brasil não só mantiveram como aprofundaram o sistema de segregação, desigualdade e exclusão sociais, chegando ao sistemático encarceramento e genocídio deliberados de tais populações: a necropolítica brasileira, é sobre isso que se marcha na noite que antecede o dia 12, como se aquele 13 de maio de 1888 não tivesse efetivamente existido, uma vez que ainda lutamos por liberdade, participação e respeito.

A origem da manifestação em 1997, desenvolvida por organizações negras sob a coordenação do Instituto do Negro Padre Batista (Rios, 2012) teve lideranças como o Padre José Enes de Jesus da Agentes da Pastoral dos Negros (APN) e Maria da Penha, integrante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Aconteceu de forma ininterrupta até 2010 reverberando inclusive em marchas correlatas em outros municípios. Contudo, foi desmobilizada e sua retomada se deu a partir de 2019, contando também com o Movimento dos Aflitos. Alteramos o local de concentração e partida da rua do Carmo para a Praça da Liberdade para abranger esse território em disputa e evidenciar os símbolos da violência contra as populações desprestigiadas.

A Marcha noturna, erguendo tochas e entoando cânticos do povo de axé, “um grande diferencial no repertório do movimento negro” (Rios, 2012. p. 70) foi trazer o canto para a rua. O evento, custeado por verbas municipais e das organizações envolvidas, foi organizado em audiências abertas na Câmara dos Vereadores ao longo do primeiro semestre. No ano de 2023, contou com apoio do Movimento Pretas, Coletivo Fala Negão, Fala Mulher, A Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), Levante Popular da Juventude, UNAMCA, Brasil Popular, Movimento Negro Unificado (MNU), Instituto Tebas, Bancada Feminista (Psol), Vereadora Luana Alves (Psol) e Bancada Coletiva Quilombo Periférico (Psol). Reuniu diferentes coletivos, associações e participantes, incluindo agentes públicos como vereadores e deputados. Para Rios (2012, p. 43), a intensificação das manifestações sociais na cena pública a partir da década de 1970 “tem tomado uma

forma expressiva, litúrgica e pedagógica perante a sociedade e o Estado”.

Museu de Território dos Aflitos (MTA)

A instituição emerge do Movimento dos Aflitos em dinâmicas pelo território. Parte de uma abordagem museal extramuros, fazendo uso, como acervo espacial, dos lugares de memórias indígenas, negras e periféricas em conjunto com seus acervos materiais, digitais e audiovisuais. O acervo museológico operacional do Museu de Território dos Aflitos é decorrente de doações das comunidades, coletivos, frequentadores, transeuntes envolvidos com a potencial necessidade de uma instituição de memória, educação não-formal, cultura, valorização das heranças culturais, identitárias das populações negra africana, afrodiaspórica, afro-brasileira, indígena e periférica. O MTA estabelece relação de pertença no trinômio sujeito-patrimônio-território, por meio do acervo operacional e cartografias socioafetivas.

No bairro Liberdade, o conceito de “aflitos” vai além do historicamente construído em torno dos equipamentos de tortura e morte e circuito Glória-Lavapés. O MTA expande a abordagem para a região da Baixada do Glicério, inicialmente originada de aterro da várzea do Tamanduateí, abrigando no início do século XX vilas operárias, que, precarizadas urbanisticamente ao longo do tempo, entraram em franco processo de “encortiçamento”, dispondo de moradias precárias a baixo custo, o que atraiu imigrantes de Congo, Angola, Haiti, República Dominicana, Bolívia, Guiné-Bissau entre outras, bem como os japoneses no passado, demonstrando a vocação do território para acolher pessoas errantes em camadas de ondas migratórias sucessivas que buscam um primeiro local para acomodação.

Outros coletivos tiveram atuação na Capela dos Aflitos e território da Liberdade como um todo. Entre eles destacamos o Guia Negro, coletivo formado por pesquisadores negros que apontam estratégias bem-sucedidas de afro turismo em São Paulo e no Brasil. O coletivo Cartografia Negra, coordenado pelos pesquisadores Pedro Vinicius Alves, Carolina Piai Vieira, Raíssa Albano de Oliveira, trabalha profundamente a conscientização da população paulistana em relação ao território e as memórias vividas no passado e presente. Aponta a necessidade de se pensar, visitar, conhecer e ressignificar alguns territórios negros históricos em São Paulo enquanto lugares de resistência, Casa de Dona Yayá e a Capela dos Aflitos.

Muitos desses grupos, coletivos e instituições, propõem a reelaboração do imaginário sobre negros, negras, indígenas e mestiços, ampliando as visões constituídas historiograficamente sobre as camadas excluídas socialmente na cidade de São Paulo e apontando para uma narrativa a partir dos excluídos socialmente. São agentes de militância política e cultural que evidenciam as memórias coletivas trazendo pluralidade nas abordagens e ressignificação de lugares, pessoas e eventos, inscrevendo uma cartografia social contra hegemônica no centro da cidade. Essas iniciativas, cujo estudo não se esgota aqui, merecem pesquisas mais aprofundadas sobre os agenciamentos das memórias negras na difusão e ampliação da atuação de populações negras e indígenas

na formação do tecido social paulistano, bem como as cartografias sociais emergentes a partir de novas políticas e abordagens sobre o turismo e etnicidade na cidade de modo a promover e evidenciar o caráter pedagógico de tais ações de pertencimento e afetividade com a cidade.

Considerações finais

Punição, tortura e morte fizeram parte da formação da cidade de São Paulo dentro do que se entende enquanto sistema colonial. Nunca foi possível, nem será, esconder tais questões, pois as populações negra e indígena, sendo elas livres, libertas ou escravizadas, foram partes estruturais da formação do tecido social paulistano. As dinâmicas e temporalidades do aparato colonial e imperial sobre a cidade de São Paulo organizaram etnicamente a sociedade a partir da fragmentação territorial centrada na estrutura católica desde os primeiros tempos da colonização. A região atualmente conhecida como Liberdade pode ser compreendida como a metáfora maior desse sistema, uma vez que nela foram alocados os equipamentos da burocracia administrativa escravista responsáveis pelo sentenciamento, tortura e morte: Cadeia, Pelourinho e Força. Ao final desse complexo de segregação se achava o Cemitério dos Aflitos. Dele restou apenas a Capela, como rugosidade de memórias ancestrais indígenas e negras. Ao longo do tempo, com o desenvolvimento da capital paulista, chegaram imigrantes, camadas de uma identidade nipônica foram instrumentalizadas na chamada “orientalização” da Liberdade, para a formação turístico-mercadológica do bairro japonês ao passo que encobriram as memórias ancestrais de sua origem escravista. Duas narrativas sobre a cidade disputavam a identidade do território.

A partir dos arranjos e diálogos com os coletivos, os movimentos de evidenciação das memórias ancestrais atuaram pela denúncia do racismo estrutural, fragmentação territorial e pelo anúncio de nossas possibilidades de coexistência. A principal arma do enfrentamento foi sem dúvida estar na rua, promovendo marchas, caminhadas, derivas, cortejos e roteiros de turismo patrimonial étnico centrados que inscreveram no centro da cidade uma narrativa contra hegemônica e contra colonial, posto que o agenciamento das ancestralidades e identidades se deu pelas cartografias sociais, caminhadas e roteiros de afroturismo desenvolvidos entre 2018 e 2023. Esse movimento atraiu muita visibilidade, tanto do meio hegemônico quanto nas chamadas mídias “alternativas” o que impulsionou ainda mais movimentos em torno de uma nova visão sobre a cidade, resignificando, narrativas, espaços e símbolos fundantes da territorialização negro-indígena no bairro da Liberdade. Dessa forma, a cartografia social é ferramenta neste trabalho incessante de evidenciar o processo histórico do racismo estrutural, resignificar lugares e atualizar demandas e tensões que trazem a circularidade temporal entre passado e presente: “Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje”. O ditado iorubá aplica-se ao trabalho dos grupos e coletivos que fazem da cartografia social a pedra de Exú circulando no tempo.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. "Sobre a memória das cidades". **Revista da Faculdade de Letras — Geografia I**. Série, Vol. XIV, Porto, 1998, p. 77-97.
- BOLOGNESI, Luiz. **Uma História de Amor e Fúria**. Direção: Luiz Bolognesi. Gullane e Buriti Filmes, com a coprodução da LightstarStudios, 2013. 98 min. Col. son. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y_DYNv8RZ7A. Acesso em 10/12/2023.
- DOMINGUES, Petrônio. **Protagonismo negro em São Paulo: História e Historiografia**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008, v. 1.
- GUIMARÃES, Laís de Barros Monteiro. **História dos bairros de São Paulo: Liberdade**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. 1979.
- HABEGGER, Sabina; MANCILA, Iulia; SERRANO, Eduardo. **El poder de la cartografía del territorio en las prácticas contrahegemónicas**, 2006. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/items/2117189e-3f59-4ff9-897b-5ed06429ea87>. Acesso em 28/11/2024.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Paisagem Cultural**. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.
- INSTITUTO POLIS. **A presença Negra nos Espaços Públicos de São Paulo**. Instituto Pólis: São Paulo, 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/presencanegra/>. Acesso em 20/11/2024.
- LETRA, Aluísio. **Rua da Glória**, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RxG_wKdDnRU&ab_channel=AloysioLetra. Acesso em 28/11/2024.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- PERKINS, Chris. **Cartography - Cultures of Mapping: Power in Practice**. In: Progress in Human Geography (2004).
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: IPHAN, 2007.
- RIOS, Flavia. **O Protesto Negro No Brasil Contemporâneo (1978-2010)**. Lua Nova, núm. 85, 2012, pp. 41-79. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67323263003>. Acesso em 10/12/2023.
- SANTOS, A. C. D., KOK, G., COSTA, F. D. A., NOGUEIRA, L. M., & ROCHA, V. O. P. (2024). **O Cemitério dos Aflitos (1775-1858) e Outros Territórios Negros da Cidade De São Paulo: Reflexões Sobre Pesquisa Histórica Descolonial**. Salvador e Suas Cores, (4). PPG-AU-FA-UFBA. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ssc/article/view/63937>. Acesso em 05/12/2024.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza 1890-1915.** 4 ed. São Paulo: Annablume, 2017.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do homem.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIEIRA, W. S. **Ecos da Liberdade: o agenciamento das memórias e identidades negro-indígenas e a herança simbólica institucionalizada sobre a Capela e Cemitério dos Aflitos em São Paulo.** Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2024.